

Projeto de Correção de Fluxo: um marco referencial na educação do Paraná

Zélia Maria Lopes Marochi

Professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); chefe do Departamento de Ensino de 1º Grau (1995-1997) e, desde 1998, superintendente de Educação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná; coordenadora do Projeto de Correção de Fluxo (1997-1999).

Em nosso País, muito se fala em garantir o acesso à escola, mas todos sabemos que o grande desafio consiste em garantir o retorno daqueles que abandonaram os bancos escolares, a permanência depois do ingresso e ainda o sucesso, representado pela conclusão da educação básica por toda a população, com ricas e variadas aprendizagens, essenciais para o exercício da cidadania, possibilitando-lhe o prosseguimento dos estudos.

Tendo por inspiração os ideais da Declaração Mundial de Educação para Todos, definida na Conferência de Jomtien, Tailândia, em março de 1990, o governo do Estado do Paraná, na gestão 1995-1998, deflagrou um combate sem trégua contra o fracasso escolar.

Dentre um conjunto de medidas, tanto políticas quanto financeiras, administrativas e pedagógicas, visando à melhoria quantitativa e qualitativa dos resultados do Sistema Público de Ensino, destaca-se o Projeto de Correção do Fluxo Escolar de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, cujo objetivo é reduzir a defasagem idade/série existente na rede estadual de ensino, criando condições para que os alunos, em grande maioria multirrepetentes, pudessem avançar em sua trajetória escolar, retomando com êxito o percurso regular de escolarização.

Princípios que orientaram a proposta

Os princípios que orientaram a proposta, de cunho altamente democrático, são expostos a seguir.

■ A escola pública é um direito de todos e dever do Estado; a educação é um direito humano; e o ensino fundamental, um direito constitucional que deve ser garantido em oito anos de estudos ininterruptos e, sempre que necessário, com a interferência adequada para que todo aquele que teve esse percurso interrompido, independente dos motivos, possa retomá-lo com sucesso.

■ No ensino fundamental, o aluno deve adquirir noções, conceitos e princípios considerados essenciais e significativos, desenvolvendo competências básicas que lhe permitam a in-

serção social, com participação produtiva, comprometida com o bem comum, na sociedade complexa em que vivemos.

- A educação básica é o ponto de partida para a educação permanente, pois uma população verdadeiramente educada e devidamente escolarizada é capaz de elaborar planos de vida e projetos para evoluir.

- Todos os alunos são capazes de aprender. Sendo o ponto de chegada na escola desigual, ela precisa se organizar em função de seu aluno real, conjugando esforços para que todos possam concluir aquele grau de ensino, chegando o mais próximo possível dos alvos de aprendizagem previstos.

- A organização de turmas com alunos por proximidade de faixa etária favorece a integração, a confiança, o desenvolvimento da auto-estima positiva e a aprendizagem.

- A reprovação, longe de corrigir falhas do processo ensino-aprendizagem, predispõe a novas reprovações, gerando frustração nos alunos e professores.

- A relação professor/aluno baseada em competência científica, técnica e humana, é vital para a produção do sucesso escolar.

- O reconhecimento e a valorização de pequenos avanços e conquistas no processo ensino-aprendizagem favorecem a construção positiva da auto-estima do aluno e estimulam nele a busca do sucesso em sua escolarização.

- A apropriação do conhecimento é um processo vivo, dinâmico, significativo, construído na interação entre os sujeitos e entre estes e o objeto do conhecimento (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Pesquisa e Ação - Cenpec, 1998, p. 10).

- O processo de ensino não pode ocorrer desvinculado dos de aprendizagem e de avaliação.

Forma de implantação

Para efeito de diagnóstico, em 1995 foi feita uma "garrimpagem" no sistema estadual de ensino, para verificar tanto seus

pontos fortes - visando consolidá-los - quanto seus aspectos frágeis, que requeressem intervenção para melhorá-los.

Dentre outros dados, encontrou-se que uma média de 36,7% dos alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental apresentavam distorção idade/série, com um "pico" de quase 40% na 5ª série. Esses dados motivaram a tomada de decisão de propiciar todas as condições necessárias para a implantação de um projeto de adequação da idade à série.

Foi desencadeado um amplo trabalho de mobilização de diretores, eslimulando-os a discutir assuntos como a função social da escola pública, evasão, reprovação, abandono, educação como direito, currículo, currículo oculto, avaliação da aprendizagem e outros temas afins, tendo como referência o clima educacional reinante nas instituições que dirigiam, os processos e a forma de participação da comunidade escolar, os índices de fracasso ou sucesso, enfim, os resultados do trabalho da escola, da sala de aula e a forma de mediação estabelecida com a prática social mais ampla.

Para a elaboração do Projeto, foram considerados ainda:

- os dados disponíveis no sistema de ensino sobre os resultados obtidos no período de oito anos (1987 a 1994) que antecedeu o início da nova gestão;

- os estudos e pesquisas existentes, bem como a teoria disponível sobre o fracasso escolar;

- as críticas, solicitações, expectativas e sugestões que nos foram apresentadas pelos diretores, nas oficinas sobre Correção de Fluxo e nos Seminários de Gestão, desenvolvidos em 1995 e 1996;

- a estimativa da redução de custos financeiros e sociais, com base na comparação entre os custos de implantação do Projeto de Correção de Fluxo e a manutenção de alunos multirrepetentes na mesma série que, por outros motivos, apresentassem distorção idade/série, sem perspectivas de sucesso.

No que se refere à documentação, procedeu-se à definição da base legal necessária, para fins de validade dos estudos feitos e das medidas a serem implantadas (Paraná, 1995; 1996; 1997a, b, c, d). O sistema de matrículas foi reorganizado e adapta-

do, expedindo-se orientações sobre o registro na documentação escolar; foi atribuído um código ao nome dos alunos e às turmas de Correção de Fluxo, para fins de controle e confronto de resultados em relação ao ensino seriado.

Organizaram-se turmas desseriadas, compostas por uma média de 30 alunos, oriundos de 5^a, 6^a ou 7^a série, devidamente matriculados no ensino regular, agrupados, tanto quanto possível, por proximidade de idade. Foi mantido o controle da série de origem do aluno apenas para fins de monitoramento do tempo e do número de séries que teria avançado, por força do Projeto.

Foi desenvolvido um verdadeiro plano de formação em serviço dos profissionais envolvidos no Projeto, visando apoiá-los para que se tornassem pesquisadores de seu próprio trabalho, estabelecendo (...) "um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção" (Demo, 1993).

Realizaram-se ao longo do ano quatro etapas de capacitação de professores multiplicadores, com duração de 24 horas cada uma, perfazendo um total de 96 horas. Para atingir a totalidade dos professores atuantes nas classes de Correção de Fluxo, os multiplicadores desenvolveram por sua vez encontros de capacitação, tendo como referência os cursos ofertados na capital.

A capacitação dos multiplicadores e a posterior multiplicação efetivaram-se apoiadas no material *Ensinar e aprender* (Cenpec, 1998), elaborado e produzido especialmente para atender a alunos e professores de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia envolvidos no Projeto. Os multiplicadores foram capacitados por uma equipe do Cenpec, integrada pelos autores do referido material.

Materiais para Educação Física, Inglês e Arte-Educação foram elaborados por equipes de professores das Universidades Estaduais de Ponta Grossa e Londrina e da Federal do Paraná, respectivamente, sendo a capacitação dos professores desses componentes curriculares feita pelos próprios autores, em consonância com o Departamento de Ensino de 1º Grau.

Dificuldades encontradas no processo

Encontramos dificuldades, mas nenhuma maior do que a vontade de ultrapassá-las. Elas variaram dos entraves legais e burocráticos às contestações, *a priori*, por parte de grupos autoritários; das resistências naturais, motivadas pelo medo do desconhecido, aos posicionamentos arraigados, fruto do despreparo teórico; da obrigatoriedade de utilização de todas as disciplinas presentes nas grades curriculares do Estado (Paraná, 1993) à complexidade da organização da proposta, sem criar compartimentos estanques; da produção, durante a implantação do Projeto, do material necessário, utilizado como apoio para o desenvolvimento da proposta, à sua impressão e distribuição em tempo hábil; da mobilização de enorme contingente de apoio logístico, às substituições normais de professores que ocorrem por motivos diversos, no transcorrer de um ano letivo. Dentre outras, essas se destacaram, mas foram enfrentadas passo a passo, sempre buscando a melhor alternativa.

Alcance e resultados

Pode-se afirmar que o Projeto Correção de Fluxo teve um alcance sem precedentes no enfrentamento do fracasso escolar de 5^a a 8^a série do ensino fundamental no Paraná.

Em 1997, foram envolvidos 109.200 alunos oriundos de 5^a, 6^a ou 7^a série que apresentavam, no mínimo, dois anos de defasagem em relação à série em que estavam matriculados. Esses alunos foram distribuídos em 3.775 turmas, sob a orientação de 11.100 professores, em 1.170 escolas de 378 municípios.

Em 1998, envolveram-se 108.940 alunos de 5^a a 7^a série; e, em 1999, o número de inscritos cai vertiginosamente para 28.100 alunos. Ao todo, até o presente, foram beneficiados 246.240 alunos.

Os resultados positivos do Projeto podem ser comprovados quando se verifica o sucesso obtido por 77% dos alunos que iniciaram a Correção de Fluxo em 1997: 8% concluíram a 8^a série nesse ano, 6,9% foram promovidos para séries subseqüentes àque-

la em que estavam e 62% foram promovidos para a 8ª série em que participaram, em 1998, de uma segunda etapa do Projeto, aprofundando estudos, consolidando aprendizagens, ganhando maior autonomia, fortalecendo-se para prosseguir com sucesso seus estudos.

Em 1998, também os resultados foram significativos, uma vez que 68% dos alunos envolvidos obtiveram sucesso, concluindo a 5ª série ou recebendo a promoção para uma ou duas séries subseqüentes à que cursavam.

A efetividade do Projeto provocou uma forte alteração nos indicadores de produtividade da rede estadual de ensino, reduzindo em mais da metade a reprovação de 5ª a 8ª série, entre 1996 e 1997/1998, de 16,7% para 7,9% e 7,3%. Houve, também, uma diminuição em cerca de um terço nas taxas de abandono nas séries finais do ensino fundamental, de 12,7% para 7,9% entre 1996 e 1997. Em 1998, a taxa de abandono ficou em 5,8%.

Em breve, disporemos de uma análise qualitativa dos resultados de aprendizagem dos alunos egressos da Correção de Fluxo, confrontados com os egressos das turmas regulares do ensino fundamental, com base na avaliação do sistema feita no Paraná em outubro de 1998.

No entanto, podemos adiantar que o impacto da prioridade atribuída pelo governo do Estado do Paraná à educação, tendo como uma de suas ações mais significativas o Projeto de Correção de Fluxo, teve um efeito multiplicador no ensino regular, que pode ser medido pelos resultados da avaliação da aprendizagem escolar pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em que o Paraná se colocou em primeiro lugar do País, dentre a 8ª séries do ensino fundamental.

Esse Projeto foi de grande importância para a democratização de oportunidades na educação pública do estado, não constituindo mera ação pontual ou isolada, mas podendo ser considerado um marco referencial na educação do Paraná porque se irradiou pela escola, vivificando-a na recuperação ou construção

de práticas que se tornaram referências para a organização do ensino de qualidade para todos. Apesar dos percalços da caminhada íngreme que fizemos, o volume de benefícios acumulados é realmente significativo, pois juntos nos envolvemos, e podemos hoje afirmar:

(...) Nos rincões mais distantes deste Estado, nas periferias das grandes cidades, na zona rural e na urbana, há mais esperança no olhar de professores e alunos; há neles uma alegria que vem da aprendizagem significativa e relevante, em que cada um, aluno ou professor, se reconhece competente, capaz de grandes realizações e interferências positivas na sociedade em que vive (Marochi, 1998).

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais* : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília : SEF/MEC, 1993a.
- BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1993b.
- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Ensinar e aprender*. 2. ed. rev. São Paulo : Cenpec; Curitiba : SEED/PR, 1998. [4v. - *Impulso inicial*, 1, 2 e 3 - contendo cada um cinco fascículos para professores e materiais diversos para alunos].
. *Relatório das ações desenvolvidas pelo Cenpec quanto a consultoria, produção de material e formação de professores para o Projeto Correção de Fluxo/Programa de Adequação Idade-série da Secretaria de Estado da Educação do Paraná 1997-1998*. São Paulo : Cenpec, 1999.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Paraná). *Deliberação n. 001/96*. Curitiba, 1996.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Paraná). *Deliberação n. 013/97*. Curitiba, 1997a.

DEMO, P. *Desafios modernos da educação*. Petrópolis : Vozes, 1993.

MAROCHI, Z. M. L. À rede de ensino do Paraná. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Ensinar e aprender : relatos de prática*. São Paulo : Cenpec; Curitiba : Seed/PR, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. *Currículo básico para a escola pública do Paraná*. Curitiba, 1993.

----- . *Instrução normativa conjunta*. Curitiba, 1997b.

----- . *Instrução n. 05/97*. Curitiba, 1997c.

----- . *Projeto Correção de Fluxo Escolar*. Curitiba, 1995.

----- . *Resolução n. 1.553/97*. Curitiba, 1997d.

----- . *Resolução n. 1.14/99*. Curitiba, 1999.